

Relatório da Biotecnologia 2010

MDIC/CNB em 1/12/2010

Motivação

Por força do art. 5º inciso IX da Portaria MDIC n.º 107, de 28 de junho de 2007, que aprova seu Regimento Interno, a ABDI preparou com o MDIC e o Comitê Nacional de Biotecnologia – CNB - o Relatório Anual de Atividades na última reunião do ano de 2010, a XVI Reunião Ordinária do CNB.

Dimensão da Biotecnologia

O setor da Biotecnologia oferece grande potencial de desenvolvimento em várias áreas. Na área de saúde humana, o déficit comercial brasileiro estimado alcançou em 2010 US\$ 8,81 bilhões; considerando vacinas isoladamente o déficit estimado é de US\$ 1,79 bilhões. O mercado interno de produtos para uso veterinário é de US\$ 1,41 bilhões. Na área industrial, as importações de enzimas em 2009 foram de US\$ 234 milhões. O agronegócio brasileiro, que movimentou US\$150 bilhões em 2008, cresceu baseado na Biotecnologia, em especial na área de grãos.

Embora tenhamos o caso de duas empresas desenvolvedoras de tecnologia de segunda geração do etanol que foram absorvidas por empresa de capital estrangeiro, esta movimentação de capital é também o reconhecimento da capacidade brasileira. Há uma estimativa de que são hoje cerca de 500 empresas. Temos a representação, direta e indireta, de cerca de 300 entidades e empresas no Fórum de Competitividade e no recente cadastro de empresas feito pela Secretaria de Inovação alcançou-se o número de 930 empresas, ainda a ser depurado. Este cadastro será a base para a exploração das estatísticas do setor a ser desenvolvidas em 2011 para divulgação no Portal de Biotecnologia, cujo desenvolvimento está a cargo do Centro de Gestão de Recursos Estratégicos, CGEE, dentro do Convênio assinado com a ABDI.

Em termos de estrutura, nos dois últimos anos houve um rearranjo da organização do setor produtivo ao redor da BR-Biotec, rede que adquiriu personalidade jurídica. Há núcleos de Biotecnologia em Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, por exemplo, para citar os mais próximos do Fórum de Competitividade.

Este conjunto de características levou o governo Federal a organizar o primeiro Fórum de Competitividade da Biotecnologia em 2003 e a partir das contribuições dele obtidas elaborar a Política de biotecnologia atual.

Principais problemas enfrentados

O panorama das empresas de Biotecnologia pouco foi alterado pelas ações da PDP-Biotec nos últimos dois anos. Os avanços se deram mais no marco institucional, mas vários primeiros passos foram dados no sentido da solução dos problemas relacionados a seguir.

Continua afetando o desempenho das empresas a imaturidade comercial, consequência da inexistência de oferta, em sua maioria micro e pequenas empresas de origem acadêmica. Na prática, elas enfrentam dificuldades em:

- encontrar sinergias com outras empresas com as quais poderiam compartilhar processos produtivos e marcas comerciais;
- negociar transferência de tecnologia, em face das ambições desproporcionais em relação ao valor dos royalties;
- submeter projetos e obter recursos públicos de fomento e financiamento, apesar da disponibilidade de recursos;
- registrar e obter a aprovação dos produtos e de atividades, como o acesso aos recursos genéticos.

Para estes problemas a PDP-2011-2014 estará concentrando ações de articulação e de capacitação, apoiada no SEBRAE e na APEX-Brasil.

Há problemas relacionados à estrutura do negócio:

- exigência de garantias ao crédito oficial que são desproporcionais ao tamanho das empresas;
- falta de apoio aos núcleos (clusters) de Biotecnologia, concertado nos três níveis de governo, buscando induzir o investimento através da concentração dos recursos das Políticas públicas nos núcleos;
- o marco regulatório de acesso e repartição a recursos genéticos atual contém incertezas jurídicas e não está alinhado com os objetivos da PDP-Biotec;
- o novo marco regulatório para produtos biológicos;
- há casos de requisitos de registro e autorização que são desproporcionais ao objetivo legítimo de prover biossegurança;
- demora na concessão das patentes, dificulta o investimento;
- o fomento de pesquisa e desenvolvimento é desconectado do apoio à fabricação do produto final.

Quanto aos problemas de infraestrutura tecnológica, podemos destacar:

- é preciso expandir e adequar Biotérios e Centros de Recursos Biológicos às normas internacionais;
- a infraestrutura privada de escalonamento é inadequada e faltam estações quarentenárias;
- faltam empresas privadas para a realização de testes clínicos e pré-clínicos, mas já há apoio pelo BNDES.

Há, ainda, um problema cultural que leva a que temas como transgênicos e acesso à biodiversidade sejam tratados injustificadamente como problemas ambientais. Ele atinge mais profundamente instituições do Poder público e menos os consumidores.

A origem da PDB e do CNB

Em 2003 o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior criou o Instituto dos Fóruns de Competitividade para ampliar a representação do setor produtivo e da sociedade na elaboração e avaliação das políticas públicas para a indústria. Até 2005, no âmbito do Fórum de Competitividade da Biotecnologia, foram preparados estudos e realizadas várias consultas que resultaram na aprovação da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia (PDB) anexa ao Decreto n.º 6.041 de 8 de fevereiro de 2007. O mesmo Decreto criou o Comitê Nacional de Biotecnologia (CNB), órgão do governo federal com a função de coordenar a implementação da Política e a avaliação de seus resultados. Além disso, o Decreto atribuiu um papel institucional ao Fórum de Competitividade que passou novamente a se reunir periodicamente a partir de 2008.

As atividades do Fórum em 2010

O Fórum de Competitividade foi regulamentado pela portaria MDIC nº 35, de 23/02/2007, depois substituída pela de n.º 161 de 25/08/2009 e tem-se reunido periodicamente. Em 2010 ocorreram 2 reuniões do Fórum da Biotecnologia e 5 reuniões de seus Grupos de Trabalho.

Durante 2010, participaram do Fórum as seguintes entidades: ABDI, Abifina, Abifisa, Abimo, Abiquim, Agrobio, Alanac, Apex, APL Biotec RMBH, BioRio, BNDES, BRBiotec, CAPES, CIB, CNPq, Farmanguinhos, FIEMG, FINEP, Fiocruz, Hemobras, IEL, INPI, Instituto Vita Nova, MAPA, MCT, MDIC, MS, SEBRAE e SECTES/MG.

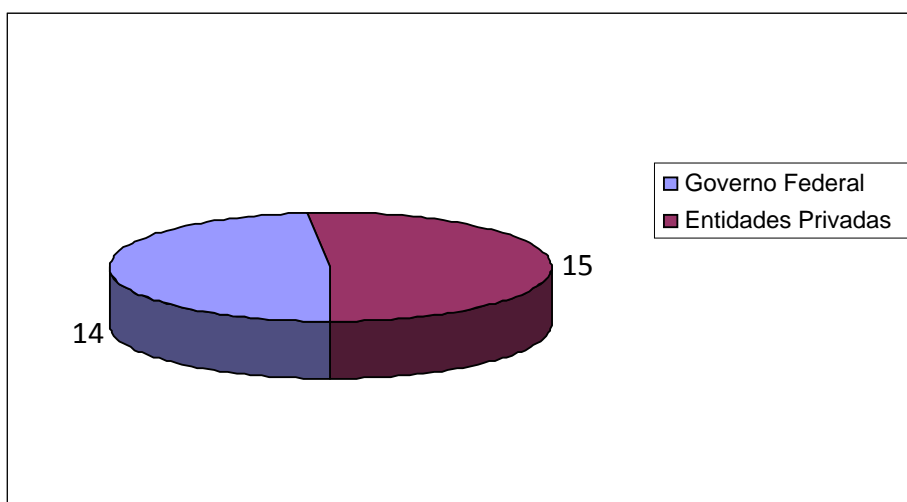


Gráfico 1 – Participação no Fórum

Os temas relacionados na Tabela 1 foram tratados nas duas reuniões do Fórum.

RELATÓRIO DA BIOTECNOLOGIA 2010

TABELA 1 – TEMAS TRATADOS NO FÓRUM EM 2010

| Reuniões do Fórum de Biotecnologia de 26 de março de 2010 e 21 de julho de 2010 | | | |
|---|--|---|---|
| Tema | Relevância | Encaminhamento | Resultado |
| BIO 2010 | Divulgação internacional da imagem da indústria brasileira | Convocação das empresas | Maio/2010, partic. de 27 empresas e 33 do governo Inclusão de prioridades na PDP 2011-2014 |
| Consulta Pública 49/ANVISA (21/07/2010) | Registro de biotecnológicos brasileiros | Avalizar posição da indústria como do Fórum de Biotecnologia | Fórum se manifestou na consulta pública ANVISA |
| Cooperação com Alemanha (26/03/2010) | Acesso a banco de dados de empresas para parcerias | Missão à Alemanha, mas banco de dados custoso | Aguarda-se encaminhamento MRE |
| Cooperação com Cingapura | Benchmarking int. no desenv. de Biotec para saúde | Convocação p/ participação na missão a Cingapura | Missão realizada em ago./ 2010 c/ 11 representantes, 3 da iniciativa privada |
| Cooperação com Costa Rica (26/03/2010) | Escalonamento disponível para empresas Brasil | Uma das empresas do GT Industrial avaliou as possibilidades | Exigências burocráticas prejudicaram avanços |
| Cooperação com a região de Flandres (26/03/2010) | Acesso a parcerias MG com empresas e investidores | Reunião preparatória realizada em 30/03, em BH/MG | Sem informação |
| II ENCONIT-BIOTEC | 2º evento de articulação | Organização e convocação participação | FIEMG de 3 a 5 /ago/2010 com 150 participantes |
| Falta de veterinários para responsabilidade técnica (26/03/2010) | Barreira à operação de MPE | Sugestão de modificação na Portaria do MAPA para inclusão de outras profissões | 1ª resposta negativa do MAPA. Réplica preparada pelo GT Industrial para re-análise pelo MAPA |
| Fomento e financiamento públicos | Remover barreiras ao acesso das MPES aos recursos | Críticas e sugestões enviadas pelos GT ao CNB | Respostas do BNDES e FINEP encaminhadas para réplica dos GT |
| Importação de outras enzimas e reagentes (26/03/2010) | Potencial de produção local não aproveitado | Lista ref. 2008 divulgada na página do CNB/MDIC | Termo de cooperação para análise dos dados na ABDI (18/05/2010) |
| PDP-Biotec 2011-2014 (21/07/2010) | Partic. do Fórum na formulação da PDP 2011-2014 | Proposta da PDP-Biotec 2011-2014 encaminhada aos GTs | Consultas aos GTs realizadas nos dias 19/10 e 29/10 |
| Responsabilidade e Compensação no Protocolo de Cartagena (21/07/2010) | Impacto negativo sobre MPE de Biotec devido a cláusulas como seguro financeiro | A CONJUR do MCT realizou uma exposição da questão jurídica envolvida | BRBiotec formulou posição e distribuiu aos Ministros antes da COP/MOP5 em Nagoya |
| Tecnologias e rotas tecnológicas (26/03/2010) | Identificar as prioridades da indústria | Produção de anticorpos humanizados, células-tronco, testes clínicos e pré-clínicos, proteínas recombinantes, bioplásticos, bioinformática | Sugestões de temas encaminhados ao CNB |
| Treinamento em Regulamentação Técnica (21/07/2010) | Complexidade do marco legal para as MPE | ABDI, SEBRAE e ANVISA já realizam cursos dessa natureza por meio de parceria | Tratativas para inclusão do MAPA nessa parceria |

As atividades do CNB em 2010

Em 2010 ocorreram 3 reuniões do CNB, das quais participaram:

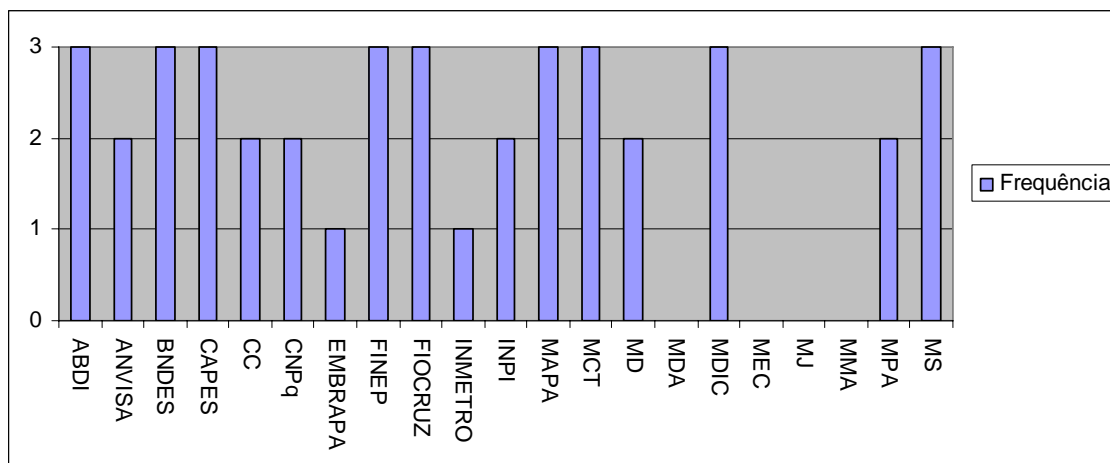


Gráfico 2 – Frequência de comparecimento

Durante 2010, participaram como convidados as seguintes entidades: ALANAC, BR-Biotec, APEX, ABIMO, Unicamp, BRBiotec e Instituto Vita Nova.

Os seguintes temas foram tratados no CNB e os respectivos encaminhamentos foram adotados:

TABELA 2 – TEMAS TRATADOS NO CNB EM 2010

| XIV Reunião do CNB, 15/04/2010 | | |
|---|--|--|
| Tema | Deliberação | Resultado |
| Calendário de Reuniões para 2010 | 1 - Previsão de 4 reuniões ordinárias | Realizadas 3 reuniões ordinárias |
| Tecnologias e rotas tecnológicas para os editais da FINEP | 2 - Sugestões enviadas à Coordenação do PMAE/MCT | Verificar editais. |
| Mecanismos de fomento e financiamento | 3 - Sugestões e críticas apresentadas à ABDI, FINEP e BNDES para comentários | Respondido na XV Reunião |
| Centro Brasileiro de Recursos Biológicos - CRB | 4 - INPI coordena revisão do Termo de Referência para incluir outras fontes de financiamento | Não houve |
| Missão a Cingapura | 5 - Participação paritária governo entidades | Missão realizada de 20 a 29 de agosto c/ 3 rep. indústria |
| Representação no CNB | 6 - Indicação de representantes ad hoc | Quórum garantido. |

RELATÓRIO DA BIOTECNOLOGIA 2010

TABELA 2 – continuação

| XV Reunião do CNB, 12/08/2010 | | |
|--|---|---|
| Tema | Deliberação | Resultado |
| Centro Brasileiro de Biotecnologia (CBA) | 1 - GT para buscar informação sobre os impasses operacionais do CBA | Reunião do GT em 28/09 (ABDI, MS, MMA) |
| Art. 26 da MP de Acesso | 2 - Proposta de MP a ser elaborada pelo INPI | Com o INPI |
| APL de Cultivares e de Acesso | 3- Moções elaboradas no âmbito do GT Agronegócio a encaminhar | Com a ABDI |
| Biotecnologia e Defesa | Não houve | Visita técnica em 04 e 05 outubro no Rio de Janeiro |
| Centro Brasileiro de Recursos Biológicos | Deliberação 4 da XIV Reunião | Não houve |
| Consulta Pública 49/ANVISA – produtos biológicos | Não houve | ANVISA reuniu em 08 e 09 de novembro para esclarecer o resultado da CP |
| II ENCONIT-Biotec | Não houve | Relato |
| Marco Regulatório da Nanotecnologia | Não houve | Informação para o CNB |
| Mecanismos de fomento e financiamento | Não houve | Encaminhamento ao FCB dos comentários BNDES e FINEP para réplica |
| Participação brasileira na BIO 2010 | Não houve | Os aspectos desse documento foram incluídos na PDP 2011-2014 |
| PDP BIOTEC 2011-2014 | Não houve | PDP- Biotec 2011-2014 |

| XVI Reunião do CNB, 01/12/2010 | | |
|---------------------------------------|---|--|
| Tema | Deliberação | Resultado |
| PDP-Biotec 2011-2014 | Encaminhado para contribuições até 7 de dezembro. | Aprovado ad referendum e alterações Comitê Gestor PDP |
| Relatório da Biotecnologia 2010 | Encaminhado para contribuições até 7 de dezembro. | Aprovado ad referendum |
| COP/MOP5 | 1 – Análise jurídica do Protocolo Nagoya – Kuala Lumpur | |
| COP10 | 2 - Análise jurídica sobre Protocolo Nagoya Cali | |
| PL ABS | 3 – Solicitar à Casa Civil encaminhamento dos PL's ao CNB | |
| PL Cultivares | | Com a Presidência. |
| PL CBA | | Aguarda Ato Normativo |
| Escalonamento | | Na Conjur MDIC |
| CP 49/ANVISA | | |
| Fomento e financiamento | | GTs do Fórum em 2010 |
| Biotech Brazil 2011 | | Em organização |
| Portal de Biotec | | Em preparação |

A Política de Desenvolvimento Produtivo da Biotecnologia – PDP-Biotec

A PDP-Biotec foi apresentada em maio de 2008, tendo sido dividida em áreas. A Biotecnologia faz parte dos Programas Mobilizadores em Áreas Estratégicas e teve como “objetivos” originais:

- (i) ampliar a produção industrial brasileira de produtos e processos por rota biotecnológica;
- (ii) expandir e fortalecer a base e a infraestrutura científica e tecnológica do país; e
- (iii) disseminar a cultura de biotecnologia.

Como “desafios” a vencer, foram enumerados os seguintes:

- Aumentar investimentos públicos e privados para difusão da biotecnologia nas empresas nacionais.
- Desenvolver nacionalmente produtos e processos nas áreas estratégicas indicadas na Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.
- Estabelecer ambiente regulatório que induza atividade inovadora em biotecnologia avançada.

Como metas, utilizando a terminologia adotada, foram estabelecidas as seguintes:

- 1) Desenvolver 20 produtos priorizados nas 4 áreas setoriais da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia até 2010.
- 2) Induzir até 20 projetos cooperativos até 2010 (ICTs – empresas).
- 3) Financiar 5 centros de desenvolvimento em biotecnologia avançada para incorporação da biotecnologia em processos industriais.
- 4) Ampliar produção nacional de biofármacos e imunobiológicos para 10% do valor das vendas da indústria farmacêutica nacional em 10 anos.

Àquela época, já estava em curso o levantamento das ações orçamentárias dos órgãos membros do CNB, ações que acabaram incorporadas à Agenda de Ação da PDP. Esta incorporação tanto resultou em avanço na coordenação intra-governamental executada pelo CNB, como produziu uma limitação do alcance da PDP a ações já em andamento.

A agenda de ação original apresentava três ações que no segundo semestre de 2009 foram transformadas em seis ações abrangendo as áreas de recursos humanos, cultura de biotecnologia, infraestrutura, investimento em P&D, financiamento da inovação e marco regulatório. No total há quatorze (14) medidas para a implementação dessas ações. Conforme apontado anteriormente, parte das medidas é de origem orçamentária, mas houve novas medidas de articulação com maior impacto sobre as MPE de Biotecnologia.

Agenda de Ação 2008-2010

| Ação | Medida | Descrição |
|--|---|---|
| 1) Pesquisa, desenvolvimento e inovação em biotecnologia | Fomentar a inovação no agronegócio | Ações de fomento à P&D no agronegócio |
| | Fomentar a inovação na saúde | Idem na saúde |
| | Fomentar a inovação na indústria | Idem na indústria |
| 2) Estímulo ao investimento na biotecnologia | Fomentar o Investimento Produtivo | Financiamento de empresas |
| | Facilitar o ambiente de negócios (não inclui ações sobre o marco regulatório) | Articulação MPE, academia, investidores e grandes empresas |
| 3) Aperfeiçoamento do Marco Regulatório | Internalizar o TIRFFA | Ações de promoção e divulgação do Tratado Agrícola |
| | Promover o aperfeiçoamento da regulamentação | Encaminhamento de demandas e sugestões de solução a partir do Fórum |
| 4) Promoção da Cultura da biotecnologia | Promover a cultura da biotecnologia na sociedade | Cursos sobre biotecnologia e biossegurança |
| | Promover a cultura para o desenvolvimento da biotecnologia no ambiente empresarial | Cursos sobre gestão da inovação |
| | Disseminar a cultura e capacitar gestores em propriedade industrial para promover a inovação em biotecnologia | Cursos sobre propriedade intelectual |
| 5) Ampliação da Infraestrutura para a Biotecnologia | Desenvolver os serviços tecnológicos | Infraestrutura de serviços de metrologia, acreditação e patente |
| | Desenvolver centros de biotecnologia | Infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento de biotecnologias |
| 6) Capacitação de RH | Formação de RH | Introdução de temas de biotecnologia em universidades |
| | Qualificação de RH | Cursos de aperfeiçoamento para universidades |

Resultados da PDP-Biotec 2008-2010 em maio 2010

META: *Desenvolver 20 produtos priorizados nas 4 áreas setoriais da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia até 2010*

No período maio de 2008 a abril de 2010 o Governo Federal fomentou P&D no total de 110 tecnologias, aplicando R\$ 92 milhões, com a seguinte distribuição:

Agropecuária: 18 tecnologias no valor de aprox. R\$ 43 milhões;

Saúde humana: 43 tecnologias no valor de aprox. R\$ 40 milhões;

Indústria: 49 tecnologias, incluindo biocombustíveis, no valor de aprox. R\$10 milhões.

META: *Induzir até 20 projetos cooperativos até 2010 (ICTs – empresas)*

No período maio de 2008 a abril de 2010, foram realizados editais no valor de R\$ 97,2 milhões, tendo sido selecionados 24 projetos com recursos do FNDCT. A meta foi cumprida.

META: *Financiar 5 centros de desenvolvimento em biotecnologia avançada para incorporação da biotecnologia em processos industriais*

Ampliado o financiamento para seis (6) centros de biotecnologia avançada em três estados brasileiros, sendo dois (2) deles dentro da FIOCRUZ, um (1) relacionado ao MS, dois (2) relacionados à agricultura e o Centro de Biotecnologia da Amazônia, onde está sendo promovida uma reforma de gestão. O Centro de Tecnologia do Bioetanol, o Centro de Toxicologia, o Centro Nacional de Pesquisa em Agroenergia e a aplicação do modelo de gestão ao CBA são centros considerados “concluídos” em face dos objetivos da PDP-Biotec. Portanto temos 4 centros “concluídos” de um total de 6.

META: *Ampliar produção nacional de biofármacos e imunobiológicos para 10% do valor das vendas da indústria farmacêutica nacional em 10 anos (2018).*

Esta meta só é plenamente apurável no final do seu prazo. Na sua definição não foi feita uma cesta de produtos que permitisse a comparação periódica. Outro problema é que ela pressupõe que as vendas da indústria farmacêutica nacional aumentarão em 10 anos, quando a tendência pode ser contrária a isso, dada a forte competitividade da indústria indiana e chinesa.

A maior parte das metas foi alcançada ou está no caminho de sê-lo, como é o caso do fomento aos 20 produtos, ultrapassado em mais de 500%, mas que só pode ser dita como cumprida se os recursos públicos forem mantidos até 31/12/2010.

O alcance das metas e a consecução das ações, contudo, não resultou em uma mudança sensível no panorama da Biotecnologia e nas expectativas das empresas. Esta constatação foi basilar para a elaboração das novas metas e ações para 2011-2014.

PDP-Biotec 2011-2014

A PDP-Biotec para 2011-2014 começou a ser discutida na Reunião de 21/07/2010 do Fórum de Competitividade da Biotecnologia, a partir de proposta apresentada pela Coordenação. A esta proposta original responderam ALANAC, BNDES e MCT. Em seguida, a elaboração da nova PDP se deu em um grupo de trabalho, com representantes dos principais interessados, inclusive da iniciativa privada, que se reuniram em três (3) ocasiões, contando com a facilitação de representante da ABDI.

Aquela versão foi levada aos Grupos de Trabalho do Fórum de Competitividade e recebeu novas contribuições, conforme apresentado ao Comitê Nacional de Biotecnologia na sua XVI, em 1º de dezembro de 2010. A versão apresentada neste relatório ainda está sujeita à consolidação pelo Comitê Executivo da PDP.

PDP-Biotec 2011-2014 – versão de 1º /12/2010**Principal Desafio**

- ***Viabilizar a geração de produtos e processos de base biotecnológica que sejam competitivos no setor produtivo nacional em escalas industrial e comercial.***

Cerca de 85% das empresas de Biotecnologia são micro e pequenas empresas, em sua maioria *spinoffs* de universidade ou de instituições de pesquisa. O pequeno porte, a falta de capacidade financeira e a imaturidade comercial são os pontos em comum entre elas cuja consequência é a dificuldade de participação no desenvolvimento de produtos através da inserção na cadeia produtiva. As iniciativas das grandes empresas nacionais para produção em escala comercial de produtos biotecnológicos são ainda incipientes. Além disso, há a predominância da apropriação do conhecimento no estrangeiro para que depois a Biotecnologia seja produzida alhures, ou aqui mesmo, sob o pagamento de royalties.

Objetivos

1. ***Promover condições de competitividade financeira, regulatória e de infraestrutura, visando propiciar um ambiente favorável para a Biotecnologia no país.***
2. ***Disseminar e estimular a incorporação do uso de biotecnologias no setor produtivo nacional de forma competitiva.***
3. ***Inserir as MPEs de Biotec nas cadeias produtivas, visando, inclusive, o adensamento das cadeias de desenvolvimento.***

A discussão principal se concentrou entre a opção de “fazer crescer” as MPE de Biotecnologia e a de “fazer (as MPE) participar” de cadeias produtivas. Prevaleceu o entendimento de consenso de que as MPE devem ser inseridas nas cadeias produtivas com o objetivo de participar no processo de desenvolvimento e transferência de tecnologias e prestação de serviços especializados, uma vez que a produção e comercialização em larga escala são realizadas, mundialmente, por grandes empresas já atuantes nos setores envolvidos.

Cabe, portanto, buscar condições de competitividade no marco regulatório, nas condições de infraestrutura para o negócio, nas condições de acesso a recursos e crédito e ofertar um ambiente de segurança jurídica e econômica no qual as empresas possam interagir e desenvolver capacidades e sinergias.

Novas Ações

- 1. Promoção da inserção das empresas de Biotec nas cadeias produtivas do agronegócio, alimentos e saúde humana.**
- 2. Apoio para superação das barreiras ao investimento em Biotecnologia.**
- 3. Capacitação de recursos humanos na área de processos industriais biotecnológicos, gestão de negócios, empreendedorismo e inovação.**
- 4. Disseminação da cultura da Biotecnologia na sociedade como fator de melhoria na qualidade de vida, renda, emprego, produtos e processos – coord. CNB.**

A estratégia na elaboração destas medidas foi a de fazer diferente, evitando a repetição de “fazer mais do mesmo”. Também se procurou remover a vinculação destas ações, que devem ser de caráter adicional ao que cada órgão já promove, das ações do Plano Plurianual (PPA), diferentemente da estratégia adotada para o período anterior da PDP.

Em termos de medidas a serem implementadas, a proposta acordada contém 4 ações específicas, que deverão ser novamente referendadas pelos representantes dos órgãos do CNB no início de 2011, de forma a se garantir o comprometimento em caso de alterações institucionais ou de representação.

Para concretização das novas ações 2011-2014 já estão em andamento:

- negociação do Termo de Referência do evento Biotech Brazil 2011, em novembro, contando com atividades de capacitação de micro e pequenas empresas de Biotecnologia já no início do ano;
- confirmação do papel da BRBiotec como marca da Biotecnologia brasileira, através da assinatura de Convênio APEX-BioRio no valor de R\$1,8 milhões para 2011;
- elaboração do Portal de Biotecnologia, pelo CGEE, como parte dos objetivos de seu Contrato de Gestão com o MCT;
- contratação de estudo, a ser feito pelo CGEE, sobre as características da demanda por empresa(s) de escalonamento;
- análise pela FINEP e pelo BNDES dos problemas com os instrumentos de financiamento e fomento atualmente oferecidos, conforme relatado pelas empresas no Fórum de Biotecnologia.

Papel futuro do CNB e da PDP

O advento do Decreto n.º 6.041 permitiu o aperfeiçoamento da articulação entre os diferentes órgãos de governo e a aproximação de suas distintas visões em relação às ações do governo em favor do desenvolvimento da Biotecnologia no Brasil. Há três anos predominava a visão de que a pesquisa em Biotecnologia e as instituições públicas deveriam ser objeto da Política de Biotecnologia. Hoje é certo que a manutenção do fomento a esses dois focos, embora necessariamente permanente, é de baixo impacto sobre as condições de competitividade das empresas de Biotecnologia, na sua maioria, 85% delas, micro e pequenas empresas.

Na discussão da PDP-Biotec 2011-2014, ficou claro que é necessário ampliar os temas sob a coordenação do CNB, em especial o marco legal e institucional do tema de acesso a recursos do patrimônio genético e repartição de benefícios, pois ainda não haveria nele a estratégia da política industrial brasileira.

É preciso que os membros do CNB pratiquem sua coordenação em todas as esferas de governo e que estas esferas reconheçam o papel deste Comitê na formulação e acompanhamento das políticas públicas de Biotecnologia.

Ainda que nenhum órgão do governo federal esteja legalmente subordinado às decisões do CNB, não é razoável que se busquem outras articulações a ele alheias, ou que se desconsidere as coordenações nele já alcançadas. O CNB oferece uma estrutura na qual estão representados todos os órgãos do governo com interesse e capacidade de decisão sobre os temas da Biotecnologia.

Quando o tema Biotecnologia, ou qualquer outro, é tratado de forma restrita ao viés do interesse de um Ministério em particular, a Política de Biotecnologia deixa de ser uma política de governo e fica perdida qualquer possibilidade de se contribuir para a melhoria da competitividade das empresas brasileiras e a melhoria de vida do cidadão.

Com o que já foi conquistado, podemos afirmar que foi possível manter a resistência às pressões competitivas de outros países. Não se trata, contudo, de uma situação garantida, pois a Biotecnologia é um nicho ainda pouco explorado em relação aos seus potenciais. Agora, é preciso concentrar e concertar os esforços sob pena de ser consolidada a divisão internacional do trabalho, na qual mais um recurso natural brasileiro, a biodiversidade, será apropriada, assim como os lucros e a riqueza dela decorrente, por países mais desenvolvidos.

Versão apresentada ao CNB em 1/12/2010 com correções recebidas até 7/12/2010.